

17ª Conferência Internacional da LARES

São Paulo - Brasil
13 a 15 de Setembro de 2017



GESTÃO HABITACIONAL DO PROGRAMA MINHA CASA E O IMPACTO SOCIAL NA CIDADE DE SANTIAGO/RS

Henrique Moreira Fröh Machado¹, Fernanda Flório Cardoso², Juliane de Freitas Battisti³, Anderson Luís Walker Amorin⁴

¹ Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Av. Batista Bonotto Sobrinho, 733, Brasil, hmachado@urisantiago.br

² Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Av. Batista Bonotto Sobrinho, 733, Brasil, fernandafcardoso15@hotmail.com

³ Universidade Federal de Santa Maria, julianedefreitasbattisti@gmail.com

⁴ Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, ander.walker1@gmail.com

RESUMO

O contexto social habitacional no Brasil, atualmente, apresenta-se como um dos países mais desiguais do mundo. A falta de moradia, em condições mínimas para viver, reflete nas questões sociais. Buscando amenizar esta situação, foi criado, pela prefeitura de Santiago, RS, no ano de 2001, o Programa Minha Casa, visando atender às famílias que estão em situação de vulnerabilidade social na área de habitação com recursos destinados a construção de unidades habitacionais. Dessa forma, o objetivo desta pesquisa foi analisar os impactos sociais do programa habitacional minha casa para as famílias beneficiárias na cidade de Santiago/RS. A metodologia de pesquisa se caracterizou em um estudo quanti-qualitativo, com a aplicação de questionário, em 42 famílias beneficiadas. A análise dos resultados se deu através de uma abordagem quanti-qualitativa, descrevendo, analisando aspectos de ordem social, como habitação, segurança, acesso à transportes, proximidade de hospitais e postos de saúde. Quanto aos resultados obtidos, o estudo demonstrou que, com a implantação do Programa Minha Casa, houve avanços significativos para as famílias beneficiadas, melhorando a qualidade de vida dos participantes do programa pesquisado. A pesquisa destaca ainda a necessidade de haver maior participação do terceiro setor no programa estudado. Destaca-se ainda que haja necessidade de um incremento na ação social no que diz respeito ao desenvolvimento e promoção das famílias enquanto autonomia financeira.

Palavras-chave: Gestão habitacional, desenvolvimento social, Programa Minha Casa.

17ª Conferência Internacional da LARES

São Paulo - Brasil
13 a 15 de Setembro de 2017



HOUSING MANAGEMENT OF MINHA CASA PROGRAM AND SOCIAL IMPACT IN THE CITY OF SANTIAGO/RS

ABSTRACT

Nowadays, the Brazilian social context has been shown as one of the most unequal countries in the world. The lack of housing, in minimum conditions to live, reflects as a social issue. Seeking minimize this situation, in 2001 had been created by Santiago City Hall the Minha Casa program, aiming support the families who are in situation of social vulnerability, in housing area, with destined resources to build houses to poor people. In this way, the aim of this research was analyze social impacts of the housing program Minha Casa to beneficiary families in the city of Santiago/RS. The research methodology was characterized as quanti-qualitative research, with an application of a survey, in 42 beneficiated families. The results analysis was in a quanti-qualitative approach, describing analyzing social aspects, as housing security, public transportation, proximity to hospitals and health centers. About the results, this research showed that, with the implantation of Minha Casa program, had important advances to beneficiary families, improving the life quality to the participants of program researched. The study also emphasizes the need for greater participation of third sector on the program studied. Note also the need of increase of social actions, about the development and promotion of financial autonomy of the beneficiary families.

Key-words: Housing management, social development, Minha Casa program

1. INTRODUÇÃO

Teixeira (2002) aborda que políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos.

O SEBRAE (2008) completa que as Políticas Públicas referem-se à totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público.

Guimarães (2010) ressalta que o objetivo do Estado, através da realização de políticas públicas, procura atender a diversos interesses dos múltiplos setores da sociedade. Entretanto, toda e qualquer política estatal depende de recursos públicos, seja na forma de dinheiro, seja no tempo gasto pelos funcionários do Estado para implementá-la. Dessa forma, toda política pública implica uma despesa pública para realizá-la.

Assim, o governo é obrigado a atender e resolver os problemas e levar adiante o processo de planejamento, elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas que sejam necessárias ao cumprimento dessa função que lhe delegou a sociedade (DIAS e MATOS, 2012)

1.1 Gestão habitacional

As políticas de habitação social são revestidas de "políticas sociais" para: articular interesses políticos, ideológicos e econômicos, atender a uma situação de urgência que é o agravamento da questão da habitação e o aumento das tensões sociais. Isso tem levado autoridades governamentais ligadas à política de habitação e, representantes do capital imobiliário, a referirem-se à questão da habitação em termos numéricos de déficit ou projeções de unidades isoladas a serem construídas. (MARICATO, 1997)

Considerando-se que distintas formas de inserir a habitação na malha urbana podem produzir resultados e relações urbanas (GUIMARÃES, 2005), aborda a influência da dimensão dos conjuntos habitacionais no tocante ao número de unidades, nos níveis de satisfação com a moradia e na integração dos moradores com o entorno.

Por isso, para a CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe (1994), a gestão habitacional tem como desafio, a necessidade de se construir um grande número de unidades habitacionais, de baixo custo e de boa qualidade, em um curto espaço de tempo e que sejam atendidos adequadamente por serviços urbanos.

Conforme Santos (1995), a qualidade da habitação tem sido associada à padronização do processo e do produto, com aplicação de parâmetros e de normas que, sozinhos, não são suficientes para se avaliar, convincentemente, a habitação.

A gestão habitacional está mais relacionada com a operação imediata; a médio e longo prazo, uma política pública habitacional é o norteador das ações, articulada com outras políticas mais gerais e de outros setores. A política habitacional é essencialmente o processo através do qual decisões são tomadas, relacionadas com os objetivos da sociedade e de seu modelo de desenvolvimento. (ABIKO, 1995).

A cidade é o espaço cotidiano onde as contradições sociais, decorrentes do modo de produção e reprodução das relações sociais se expressam, e essas contradições diz respeito em como uma cidade é dividida em diferentes territórios que oferecem oportunidades desiguais de acesso à moradia digna. (PAGANI e ALVES, 2015).

1.2 Déficit habitacional

Nesse contexto, o Déficit Habitacional define como a necessidade de construção de novas habitações, considerando a carência de residências e a substituição de moradias que estejam em situação precária (FIESP, 2005).

Entende-se por déficit habitacional “a noção mais imediata e intuitiva de necessidade de construção de novas moradias para a solução de problemas sociais específicos de habitação detectados em certo momento” (SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO, 2009, p. 15).

Ainda de acordo com o estudo realizado pela Secretaria Nacional de Habitação (2009, p. 16):

O conceito de déficit habitacional utilizado está ligado diretamente às deficiências do estoque de moradias. Engloba aquelas sem condições de serem habitadas devido à precariedade das construções ou em virtude de desgaste da estrutura física. Elas devem ser repostas. Inclui ainda a necessidade de incremento do estoque, devido à coabitação familiar forçada (famílias que pretendem constituir um domicílio unifamiliar), aos moradores de baixa renda sem condições de suportar o pagamento de aluguel e aos que vivem em casas e apartamentos alugados com grande densidade de pessoas. Inclui-se ainda nesta rubrica a moradia em imóveis e locais com fins não residenciais. O déficit habitacional pode ser entendido, portanto, como “déficit por reposição do estoque” e “déficit por incremento de estoque”.

Utilizando o conceito do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012), estes tipos de domicílios são aqueles sem parede de alvenaria ou madeira aparelhada. Devido suas condições de insalubridade, estes tipos de edificação proporcionam desconforto e trazem riscos de contaminação por diversas doenças aos seus moradores.

O conceito de domicílios improvisados engloba todos os locais e imóveis sem fins residenciais e lugares que desempenham papel de residência alternativa (imóveis comerciais, carcaças de carros abandonados, barcos, embaixo de viadutos e pontes e dentro de cavernas), indicando claramente carência por novas unidades domiciliares. (FJP, 2006)

Dutra (2010) diz que já a coabitação familiar compreende a soma das famílias secundárias que convivem junto à outra família no mesmo domicílio, e das que vivem em cômodo.

Além da importância econômica, a atividade da construção civil no país tem relevante papel social, particularmente em função de dois aspectos. O primeiro é relacionado à geração de empregos proporcionada pelo setor, que é responsável pela geração de cerca de 15 milhões de empregos (FIESP, 2005). O segundo relaciona-se ao elevado déficit habitacional no país, estimado em 7,9 milhões de unidades, dos quais 4 milhões em áreas urbanas. A maior parte das famílias que necessitam de novas residências concentra-se em famílias com renda de até cinco salários mínimos, que representa 96,3% do total (FJP, 2006).

Segundo Pereira (2008), a habitação digna e o acesso à infraestrutura urbana são dois direitos fundamentais do cidadão, necessidades de primeira ordem na vida de qualquer indivíduo, estando intimamente relacionados à qualidade de vida do ser humano.

A trajetória da política de habitação no Brasil tem sido marcada por mudanças na concepção e modelo de intervenção do poder público neste setor. O grande marco do surgimento de legislação e políticas públicas sociais no Brasil foi a Revolução de 1930, “que significou o fim do poder político exclusivo das oligarquias e a aparição das “massas urbanas” na arena política. Durante a república velha (1899 – 1930), a questão social não se colocava como elemento importante da agenda governamental” (AZEVEDO, 1988, p. 107).

1.3 Política de assistência social

O Sistema Financeiro Habitacional (SFH) foi criado pelo Governo Federal na década de 1960, “com o objetivo de facilitar e promover a construção e a aquisição da casa própria, sendo composto pelo Banco Nacional da Habitação (BNH) e Sociedade de Crédito Imobiliário (SCI)” (ROSA, 2012, p.19).

O Banco Nacional da Habitação (BNH) foi criado em 1964, segundo Rosa (2012):

Constituído com a finalidade de orientar, disciplinar e controlar o SFH. Ao BNH cabia incentivar a formação de poupança para o sistema, disciplinar o acesso das sociedades de crédito imobiliário ao mercado de capitais, operar os serviços de redesconto e de seguros, garantindo os recursos creditados, e refinanciar as operações das sociedades de crédito imobiliário.

Entre as principais funções do BNH estava a de estabelecer as condições gerais dos financiamentos do SFH, tais como prazos, juros, condições de pagamento e garantias. As Sociedades de Crédito Imobiliário atuavam como agentes do SFH e dependiam do BNH para funcionar. “Eram limitadas a operar no financiamento para construção, venda ou aquisição de habitações, sendo-lhes vedada a possibilidade de qualquer outro tipo de operação” (ROSA, 2012, p.19).

A Política Pública de Assistência Social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, a garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais. Sob essa perspectiva (PNAS, 2005). Portanto objetiva:

- a) Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para as famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem;
- b) Contribuir com inclusão e equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbanas e rurais;
- c) Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária.

A PNAS possibilita explicitar e tornar claras as diretrizes que vão efetivar a assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado, possuindo um modelo de gestão compartilhado, tendo suas atribuições e competências realizadas nas três esferas do governo. Ela reafirma a necessidade de articulação com outras políticas e indicar que as ações a serem realizadas devem ser feitas de forma integrada para o enfrentamento da questão social (COUTO, YASBEK e RAICHELIS, 2010).

1.4 Informações sobre o município de Santiago-RS

Santiago está localizada na região centro-oeste do estado do Rio Grande do Sul, possui 2.413,075 km² de área territorial, conta com uma população de 50.622 habitantes, segundo estimativa 2015 do IBGE, sendo a população masculina 24.049 habitantes e população feminina 26.579 habitantes, com uma densidade demográfica de 20,33 habitantes/Km. No que se refere à economia, sustenta-se basicamente na agropecuária, serviços e comércio, destacando-se na pecuária com a criação de bovinos, ovinos, suínos e eqüinos e na agricultura com as monoculturas soja, milho e trigo (IBGE, 2012).

Atualmente, Santiago é administrada pelo prefeito Tiago Gorski Lacerda, e vice-prefeito, Cláudio Cardoso, cumprindo o segundo mandato até o ano de 2020. Possui um número total de 1388 (um mil duzentos, trezentos e oitenta e oito) servidores e 134 (cento e trinta e quatro) estagiários, distribuídos em doze secretarias, incluindo nelas a Procuradoria Geral do Município e o Gabinete do Prefeito. A Prefeitura (órgão executivo) difere-se do Município (pessoa

jurídica). Portanto, o Município de Santiago é pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 87.897.740/0001-50.

Na Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social, atualmente administrada pela secretária Terezinha Medeiros, conta com um quadro de 80 funcionários, em que desenvolve a Política Pública de Assistência Social de forma integrada, considerando as desigualdades, visando seu enfrentamento, à garantia dos direitos, sociais ao provimento de condições para atender à universalização no País, no Estado e no município de Santiago.

O SUAS – Sistema Único de Assistência Social, cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo, constitui-se na regulação e organização em todo o território das ações socioassistenciais. Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e através dos CRAS e CREAS passam a ter funções definidas e atendimento às pessoas que deles necessitem.

1.5 Programa Minha Casa

Com essa visão, em 2001 a Prefeitura Municipal de Santiago-RS, lançou o programa Minha Casa, projeto de habitação, voltado para a comunidade santiaguense. Em julho, a Prefeitura Municipal de Santiago fechou parceria com a Caixa Econômica Federal, para ser o agente operador do programa.

Diante disso, a execução do projeto foi efetivada e a obrigatoriedade exigida de critérios foi estabelecida.

Primeiramente foram feitos cadastros de todos os interessados a ganhar a unidade habitacional, e devem atender aos seguintes requisitos:

- Residir no município a mais de 5 anos.
- Famílias com renda familiar de ½ salários mínimos.
- Prioridade para famílias com crianças, idosos e deficientes.

A partir, foi criado um comitê, formado por integrantes do Conselho Municipal de Habitação, e Assistentes Sociais da Secretaria do Desenvolvimento Social, o qual analisava os cadastros para logo após visitar as famílias, escolhendo assim, as que iriam ser beneficiadas. Com o decorrer dos anos, os critérios foram se atualizando para atender as exigências e necessidades da população.

Atualmente, as famílias devem ser cadastradas no Cadastro Único, instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Sendo o principal instrumento de seleção e inclusão de famílias de baixa renda em programas federais, estaduais e municipais, funcionando como porta de entrada para famílias acessarem diversas políticas públicas. (MDS, 2015).

De acordo com os registros de Cadastro Único de junho de 2016, o município de Santiago tem 5497 famílias registradas. (Prefeitura Municipal de Santiago, 2016)

Para o Programa Minha Casa, coleta-se informações das famílias inscritas no Cadastro Único, atendo os critérios do programa, entra no processo de recebimento de moradia. Através do Cadastro Único, busca a inclusão gerenciada por órgãos representativos para o Programa Minha Casa.

No ano de 2016, a SMDS realizou um recadastramento das famílias para obter uma visão mais atualizada sobre o déficit habitacional do município, em que 1025 (um mil e vinte e cinco) famílias buscaram a inscrição.

O programa tem como principal objetivo oferecer moradia digna as famílias, como início de processo social, articulando com outros programas de atendimento que promovam o desenvolvimento e a promoção social.

2. METODOLOGIA

Para melhor atingir o objetivo proposto na pesquisa, analisar os impactos sociais do programa habitacional minha casa para as famílias beneficiárias na cidade de Santiago/RS, foi realizada uma pesquisa quali-quantitativa; pesquisa de campo com observação *in loco*. Para a realização do trabalho e direcionamento da construção do questionário realizou-se pesquisa bibliográfica, para então estrutura-lo a partir de perguntas fechadas.

Nesse sentido, a pesquisa buscou utilizar o instrumento de coleta de dados por meio de questionário, como método quantitativo, busca investigar uma maior variedade de fenômenos e determinar a confiabilidade das medidas adotadas, o que possibilita a generalização dos resultados (Lay & Reis, 2005).

Quanto ao procedimento de coleta de dados e cálculo amostral, Yin (2001) considera como método de coleta de dados os questionários, podendo ser compostos por perguntas abertas, ou por perguntas fechadas, onde se limitam a determinadas respostas.

Para a pesquisa com os beneficiários foi utilizado o universo de amostra de uma pesquisa definido através da fórmula de Gil (2008):

$$n = \frac{z^2 pqN}{e^2(N-1) + z^2 pq} \quad (1)$$

Baseando-se em dados oriundos da Secretaria do Desenvolvimento Social de Santiago, o total de famílias beneficiadas nos últimos quatro anos é de 55 (cinquenta e cinco), valor que foi considerado como o tamanho da população. O que resultou em uma amostra de 42 (quarenta e dois) questionários, com nível de confiança de 95%.

O questionário foi aplicado diretamente pelos pesquisadores durante uma semana no mês de maio com o tempo médio de preenchimento entre 20 e 25 minutos por família. Normalmente, um integrante da família beneficiada respondia os questionamentos, relatando como foi o período desde a inscrição no programa Minha Casa até a entrega de sua residência.

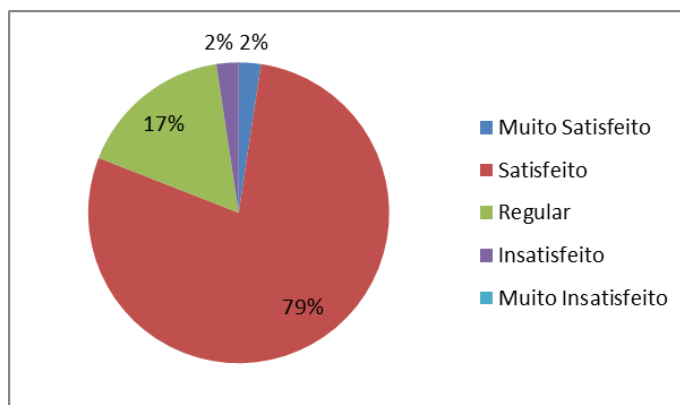
A aplicação dos questionários foi realizada nos CRAS e nas residências próximas do mesmo.

Os CRAS são localizados nos seguintes bairros da cidade de Santiago/RS: Ana Bonato (CRAS Vó Angela), Missões (CRAS Delci Viero), Carlos Humberto (CRAS Volante) e na Associação da Vila Rica.

3. RESULTADOS

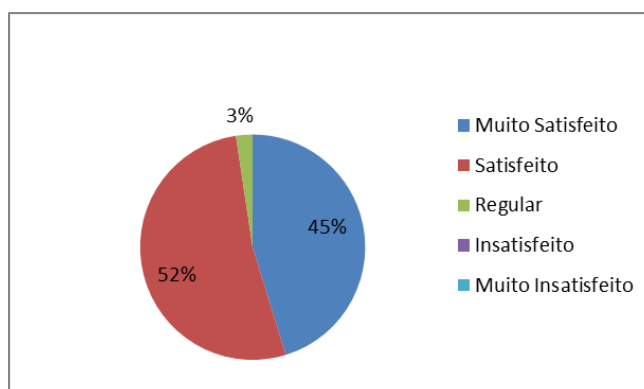
Buscando atingir o objetivo da pesquisa, foi aplicado questionário em 42 famílias beneficiadas pelo Programa Minha Casa. Através do instrumento adotado, foi possível verificar se houve melhorias socioeconômicas para os participantes do Programa.

Foram realizadas perguntas sobre as principais melhorias percebidas pelos respondentes desde a implantação do Programa Minha Casa. Relacionado ao acesso à transporte público, está abaixo representada uma figura que elucida o seguinte panorama:

Figura 1. Acesso ao transporte público

Como resultado, 79% dos respondentes afirmam que estão satisfeitos com o acesso ao transporte público.

Outro ponto pesquisado foi o estado de conservação das moradias, no momento da entrega. A prefeitura municipal construía as casas e, quando prontas, doava-as para as famílias inscritas no Programa. Abaixo, a figura relacionado ao aspecto pesquisado.

Figura 2. Estado de conservação das moradias

Pode-se perceber que 52% das famílias estão satisfeitas com o estado de conservação das moradias, no momento da entrega das casas.

Aspectos como segurança, proximidade de hospitais, escolas, creches e serviços básicos, como mercado, padaria, farmácia, também foram pesquisados. As figuras a seguir mostram que, em geral, as famílias estão satisfeitas com os serviços disponibilizados a elas.

Tais aspectos propiciaram melhora na qualidade de vida das famílias beneficiadas. Com o Programa Minha Casa, os participantes sentiram-se satisfeitos com todas as melhorias obtidas a partir da entrega das residências aos beneficiários.

Figura 3. Segurança em áreas próximas às casas das famílias beneficiadas

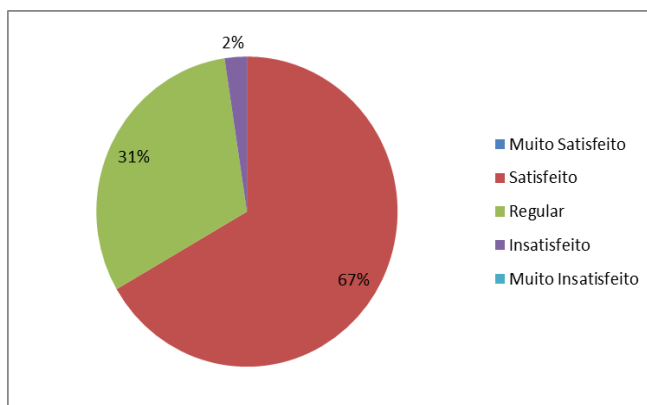


Figura 4. Proximidade de hospitais e postos de saúde

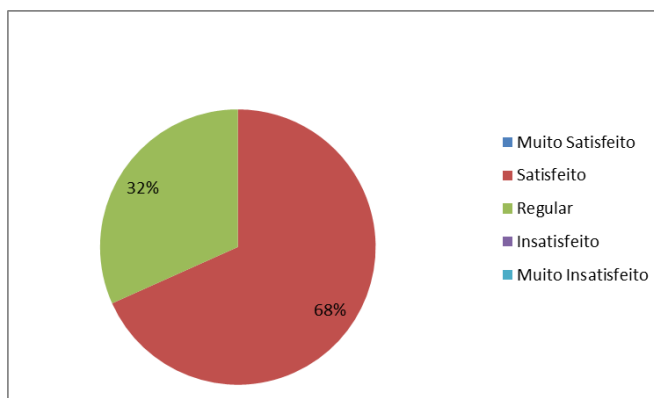


Figura 5. Proximidade de escolas e creches

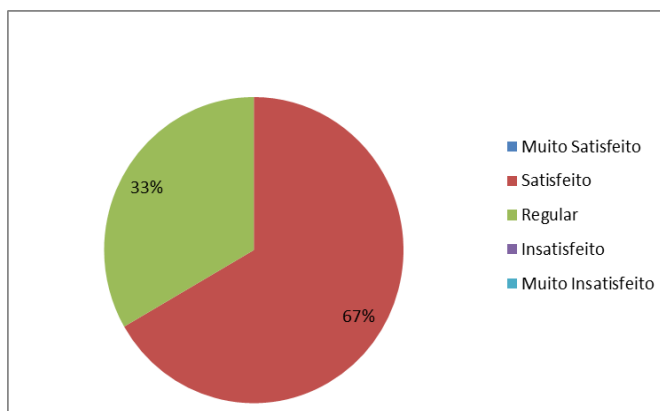
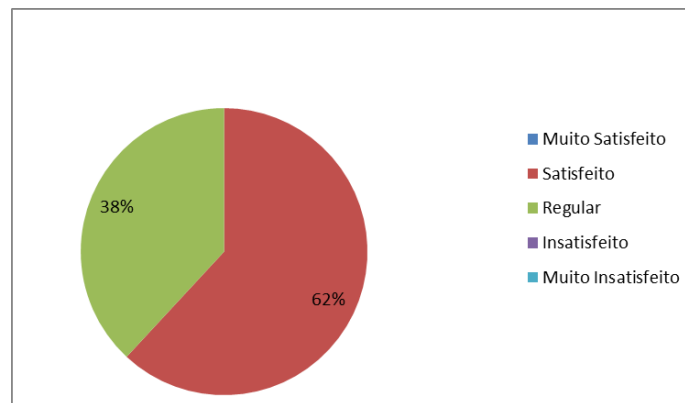


Figura 6. Proximidade de serviços básicos, como padarias, farmácias, etc.



4. DISCUSSÃO

Durante a realização do trabalho pode-se observar e assim propor relações de melhoria, como críticas de maneira positiva ao Programa Habitacional Minha Casa no município de Santiago. Sendo assim, expõem-se a necessidade de uma intervenção juntamente com o Governo para que haja estímulos nas famílias contempladas e que busquem uma melhor perspectiva de vida.

Buscando uma alternativa para que a autonomia dessas famílias torna-se cada vez mais real e que reflita na qualidade de vida das pessoas, uma possível ação da sociedade civil organizada articulada com o poder público, afim de que o programa se consolide de maneira prática com o objetivo de superar as expectativas propostas. O desejo de conquistar um lar¹, tendo a habitação, educação, saúde e lazer transpõe a questão de ter uma profissão, gerar renda, objetivando a ascensão social para qualidade de vida.

A sugestão da participação do Terceiro Setor, poderá vir suprir a deficiência ainda evidenciada na presente pesquisa. O terceiro setor constitui por associações e fundações que geram bens e serviços públicos, sem fins lucrativos e que tem por base suprir as faltas deixadas pelo Estado.

As organizações que fazem parte desse setor são criadas pela participação voluntária, realizando práticas de caridade, filantropia, proteção à natureza e diversos trabalhos com o intuito de alcançar objetivos sociais e públicos, como atendimento médico, campanhas educacionais, eventos culturais e muitas outras atividades que melhorem a qualidade de vida da população. Entre as organizações que compõem o Terceiro Setor, eleva-se o número de ONGs (Organizações Não Governamentais) de assistência social, que procuram colaborar para a melhoria da qualidade de vida da população.

As ONGs caracterizam-se por serem organizações sem fins lucrativos, autônomas, isto é, sem vínculo com o governo, voltadas para o atendimento das necessidades de organizações de base popular, complementando a ação do Estado. Têm suas ações financiadas por agências de cooperação internacional, em função de projetos a serem desenvolvidos, e contam com trabalho voluntário. Atuam através da promoção social, visando a contribuir para um processo de desenvolvimento que supõe transformações estruturais da sociedade. Sua sobrevivência independe de mecanismos de mercado ou da existência de lucro. (TENORIO, 1999, p.11)

Essa parceria, poder público e terceiro setor, tem o objetivo de proporcionar as famílias uma visão mais empreendedora, desenvolvendo a capacidade criativa, e o espírito de autonomia, em busca de conhecimento para melhorar seus proventos e gerir os recursos de forma a garantir um futuro digno e igualitário no que diz respeito ao trabalho. A busca e o equilíbrio entre autonomia e solidariedade nas relações familiares.

5. CONCLUSÃO

Com o passar do tempo às políticas habitacionais no Brasil evoluíram, porém o déficit habitacional ainda tem grande relevância. Para sanar esse déficit habitacional existente, o País busca como meio alternativo através de programas habitacionais e de infraestrutura uma maneira de minimização deste problema.

No campo das políticas públicas inúmeras são as pesquisas que analisam a questão habitacional no país. De uma maneira geral, é unânime a afirmação de que o Estado tem sido incapaz de lidar satisfatoriamente com o problema pela incapacidade de atender a população de baixa renda, principal responsável pelo alto déficit habitacional do país.

No ano de 2001 no município de Santiago, foi criado o Programa Minha Casa, como uma política pública organizada para que o déficit habitacional do município seja minimizado. Durante a realização da pesquisa, foi visível o alcance do programa em todos os bairros, contemplando um grande número de famílias.

Porém, notou-se que a grande maioria dos entrevistados leva uma vida passiva, sem expectativa de melhora na sua condição através do próprio esforço. A espera pela ação do ente público para trazer um pouco mais de dignidade para si e seus familiares, com o uso das Políticas Públicas de Proteção.

Faz-se necessário que os beneficiários tenham atitudes pró ativas, tomem a frente do processo e que possibilitem a melhoria das condições de vida, tanto no aspecto financeiro como no âmbito pessoal. A alternativa de parceria do Poder Público e o Terceiro Setor constitui uma opção eficiente e democrática, que permita que essas famílias saiam dessa inércia, e se desenvolvam como cidadãos responsáveis e autônomos, com qualidade de vida.

Conclui-se desta forma, que há necessidade de um incremento na ação social no que diz respeito ao desenvolvimento e promoção das famílias enquanto autonomia financeira. Pois, dessa forma, há desenvolvimento social pleno, melhorando não só a vida das famílias, mas também a economia do município.

6. REFERÊNCIAS

ABIKO, A. K. *Introdução à gestão habitacional*. Texto Técnico – Escola politécnica da USP. Departamento de Engenharia de Construção Civil, TT/PCC/12. EPUSP, 1995. 31p.

AZEVEDO, S. Vinte e Dois Anos de Política de Habitação Popular (1964 – 1986). *Revista Administração Pública*. Rio de Janeiro, RJ. 1988. p.107 – 119.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO. *Déficit habitacional no Brasil*. Brasília: Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação, 2009.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estudos e tratamento da variável rendimento no censo demográfico 2010. Nota Técnica, 2012.

_____. Política Nacional de Assistência Social. Ministério do desenvolvimento social e combate a fome: Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2005.

CEPAL, Comisión Económica para América Latina y el Caribe. *Modelo teórico-conceptual para la gestión urbana en ciudades medianas de América Latina*. Santiago del Chile, 1994

DIAS, R.; MATOS, F. *Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos*. São Paulo, SP: Atlas, 2012.

DUTRA, L. G. *A atuação do governo Lula no combate ao Deficit Habitacional Brasileiro: O caso do programa Minha Casa Minha vida*. Santa Catarina, 2010.

FIESP - FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Construbusiness 10 anos - Uma década construindo soluções*. 2005.

FJP - FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. *Déficit habitacional no Brasil 2005*. Belo Horizonte, 2006. 120p.

GIL, A. C. *Como elaborar projeto de pesquisa*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, V. C. R. F. *Políticas Públicas: Sua importância no desenvolvimento econômico do país e das empresas e seu controle e acompanhamento pelos cidadãos, especialmente administradores* [online]. Acesso em 20/04/2017. Disponível em: <http://www.machadosobrinho.com.br/revista_online/publicacao/artigos/Artigo03REMS3.pdf>

GUIMARÃES, E. C. *Espaços urbanos da habitação: globalização e identidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, pp. 59-75.

MARICATO, E. *Para entender a crise urbana*. Rio de Janeiro, 1997.

MDS, Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. *O que é e para que serve o cadastro único* [online]. Acesso em 18/04/2017. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico>

PAGANI, E. B. S; ALVES, J. M. *Impactos Socioeconômicos do Programa Minha Casa Minha Vida*. Maranhão, 2015.

PEREIRA, E. A. *Diagnóstico dos problemas de gestão de obras habitacionais de interesse social em empresas privadas*. Monografia de Especialização. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

ROSA, D. L. M. *Efeitos sobre a Demanda Habitacional com o “Programa Minha Casa Minha Vida” no Município de Santa Rosa/RS: Trabalho de Conclusão – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ*. Santa Rosa, 2012.

SANTOS, M. C. O. *Requisitos e critérios para análise e avaliação da eficácia de programas de habitação popular no Brasil*. In: ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 3. Rio de Janeiro. Anais.ANTAC, 1995.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. *Políticas Públicas: Conceitos e Práticas* [online]. Acesso em 15/05/2017. Disponível em: <<http://www.agenda21comperj.com.br/sites/localhost/files/MANUAL%20DE%20POLITICAS%20P%20C%20ABLICAS.pdf>>

TEIXEIRA, E. C. *O papel das Políticas Públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade* [online]. Acesso em 15/05/2017. Disponível em: <<http://www.escoladebicicleta.com.br/politicaspUBLICAS.pdf>>

TENORIO, F. G. *Gestão de ONG's*. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.
: